

A assinatura do Tratado Amazônico

Pacto afasta ameaças externas, diz Geisel

Da Sucursal de Brasília.

Ao discursar, ontem à tarde, no Palácio do Planalto, durante a cerimônia de assinatura do Pacto Amazônico, na presença de chanceleres de oito países e de 250 convidados, o presidente Ernesto Geisel afirmou que "não serão os centros do norte industrializado, de diversa ecologia, que hão de nos facilitar, pronta e acabada, a chave da civilização nos trópicos".

Num longo discurso de 49 páginas, cuja leitura demorou 30 minutos, o chefe do governo salientou que "não se devem confundir com simples frutos da imaginação as ameaças reais que pesam e pesam" sobre o desenvolvimento e a preservação da Amazônia. Conforme assinalou, "até um passado recente, a aparente disparidade entre o gigantesco vácuo demográfico e econômico da região e os escassos recursos dos países que ali são soberanos alimentaram designios ostensivos ou disfarçados de penetração ou domínio".

"Dirigidos, outrora, diretamente à disputa pela terra — enfatizou — esses designios de interferência podem hoje assumir a forma mais sutil de preocupações bem intencionadas. Com argumentos sem fundamento científico, chega-se a agitar espectros fantasistas, pondo-se em dúvida a capacidade ou a determinação conservacionista dos governos locais. Invoca-se, então, uma solidariedade internacional que, entretanto, é recusada quando se quer lutar contra o subdesenvolvimento".

"Sem ignorar a importância ou seriedade dos problemas ambientais — observou o presidente — nem lançar dúvidas sobre a sinceridade e boa fé de muitos que os agitam, permito-me afirmar que ninguém mais do que nós possui títulos ou motivos para velar por um equilíbrio de que muito depende nosso próprio futuro. Na Amazônia, compete aos países que a partilham, e a eles só, a responsabilidade exclusiva pelo seu desenvolvimento".

A CERIMÔNIA

Geisel falou em tom pausado, sentado, e não usou de muita ênfase em nenhum momento. Em seguida, foi lida a íntegra do tratado, por um funcionário do Itamarati. Atrás do cordão de isolamento, os jornalistas puderam ver o representante do Equador cochilar durante alguns parágrafos, acompanhados atentamente por Geisel e o restante dos ministros.

Na sequência, pela ordem alfabética, os chanceleres foram chamados a assinar o livro do Tratado.

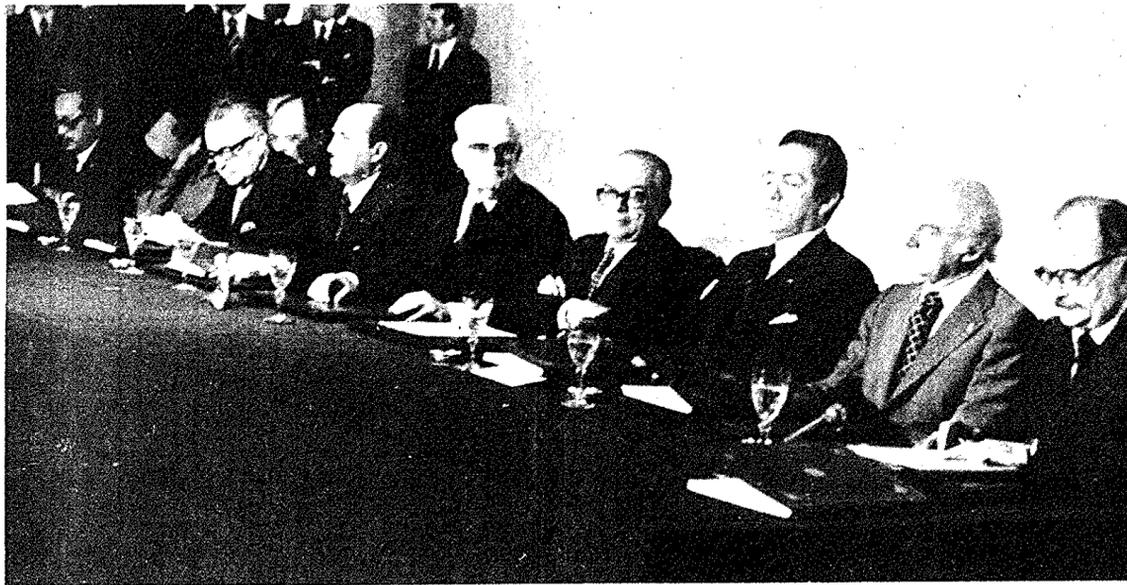
Em seguida o chanceler venezuelano, Simon Alberto Consalvi, discursou, no mais rápido pronunciamento da solenidade, encerrado com uma frase que provocou um largo sorriso do presidente Geisel e uma gargalhada de Azeredo da Silveira: "A simpatia e a alegria são as duas fontes de energia renováveis mais importantes do Brasil". Foi servido, então, um coquetel rápido, e às 18h 30, antecedido por Geisel, todos os visitantes já haviam deixado o Planalto.

Aproximação mútua, objetivo do acordo

Estes são os principais trechos do discurso pronunciado pelo presidente Geisel: "A união de vontades da Bolívia, do Brasil, da Colômbia, do Equador, da Guiana, do Peru, do Suriname e da Venezuela faz hoje nascer para a história uma nova Amazônia, destinada a ser terra de encontro e de colaboração entre os povos da América".

"São três grandes problemas conseguiram, de longe em longe, perturbar a inércia dominante na Amazônia: a integração dos territórios nacionais, a abertura do Amazonas, em meados do século passado, à livre navegação comercial e a resistência comum aos intentos espíritos de 'internacionalização'".

"Por sentir que estavam amadurecidas as condições para alterar essa situação, foi que o governo brasileiro se decidiu, em março do ano passado, a consultar os demais governos a conveniência de se reconhecer formalmente, no plano jurídico, a existência de um processo



Ladeado pelos chanceleres que assinaram o Pacto, Geisel defendeu o conjugação dos esforços de desenvolvimento na Amazônia.

regional de colaboração já de fato em marcha na região.

"Aproximar, em todos os níveis, populações e governos amazônicos e dar caráter de continuidade a essa aproximação, eis, resumido, o programa que o tratado se propõe realizar".

"Cumpridas essas metas, estarão preenchidas as condições para que, em desdobramento natural, se identifiquem projetos e áreas suscetíveis de cooperação".

"Já se escreveu que a solução da problemática amazônica depende do desenvolvimento de uma tecnologia de produção e de saúde adaptada às condições da floresta equatorial".

"Essa tecnologia, nós é que a teremos de encontrar, pois de nada vale recorrer ao tradicional comodismo, que nos fez, no passado, importadores de tecnologias dispendiosas, nem sempre adequadas às nossas necessidades".

"Não serão os centros do norte industrializado, de diversa ecologia, que nos hão de facilitar, pronta e acabada, a chave da civilização nos trópicos".

"Embora cada um desses domínios e projetos encontre em si mesmo as razões específicas de sua validade, todos eles em conjunto servem um objetivo mais alto: o de acentuar que o desenvolvimento e a preservação da Amazônia constituem responsabilidade exclusiva dos países da região".

"Não se devem confundir, com simples frutos da imaginação, as ameaças reais que pesam e pesam sobre essa exclusividade. Até um passado recente, aparente disparidade entre o gigantesco vácuo demográfico e econômico da região, de um lado, e os escassos recursos dos países que ali são soberanos, do outro, alimentaram designios ostensivos ou disfarçados de penetração ou domínio".

"Dirigidos, outrora, diretamente à disputa pela terra, esses designios de interferência podem hoje assumir a forma mais sutil de preocupações bem intencionadas. Com argumentos sem fundamento científico, chega-se a agitar espectros fantasistas, pondo-se em dúvida a capacidade ou a determinação conservacionista dos governos locais. Invoca-se, então, uma solidariedade internacional que, entretanto, é recusada quando se quer lutar contra o subdesenvolvimento".

"Sem ignorar a importância ou seriedade dos problemas ambientais, nem lançar dúvidas sobre a sinceridade e boa fé de muitos que os agitam, permito-me, afirmar que ninguém mais do que nós possui títulos ou motivos para velar por um equilíbrio de que muito depende nosso próprio futuro".

"A responsabilidade exclusiva que a todos nós compete na Amazônia tem, como complemento, um dever que não podemos eludir".

Documento propõe integração sem esquecer as soberanias

Os chanceleres dos oito países da região amazônica (Brasil, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Equador e Suriname), firmaram ontem o tratado de cooperação amazônica, um documento de 28 artigos e 15 parágrafos, no qual manifestam-se conscientes, convencidos e persuadidos de que a conjugação de esforços para o desenvolvimento daquela área é uma necessidade, não só para o bem-estar das respectivas populações regionais, como para a defesa do meio-ambiente amazônico.

O chamado "Pacto da Amazônia" respeita, integralmente, as soberanias dos respectivos países nas Amazônias nacionais, de modo que esses possam realizar projetos e executar programas de seus exclusivos interesses, sem qualquer restrição por parte de vizinhos. Recomenda, contudo, que todo esforço deve ser feito para não contrariar as disposições do tratado, cujo objetivo é o desenvolvimento harmônico da Amazônia.

O documento multilateral prevê a reunião, sempre que necessária, dos chanceleres dos países da região para examinar o andamento dos objetivos e aspirações do pacto. E cria também um Conselho de Cooperação Amazônica que se encarregará de fazer cumprir as decisões dos ministros. As decisões, tanto na reunião dos chanceleres quanto nesse conselho, segundo o documento, deverão ser tomadas por unanimidade.

SÍNTESE DO PACTO

Eis a síntese do tratado de cooperação amazônica:

Sua aplicação será feita nos territórios da bacia amazônica e em qualquer outro que, pelas suas características geográficas, ecológicas ou econômicas, esteja estreitamente vinculado à mesma. Mas é direito inerente à soberania de cada Estado o aproveitamento exclusivo dos recursos naturais em seus respectivos territórios, ressalvadas apenas as restrições resultantes do direito internacional.

Estabelece o documento, com base na reciprocidade, a mais ampla liberdade de navegação comercial no Amazonas e demais rios internacionais de sua bacia, sem prejuízo de direitos unilaterais e dos tratados bilaterais já existentes. Vigoraram, todavia, as normas fiscais e policiais de cada país na navegação em seu respectivo território e se exclui dessa liberdade a navegação de cabotagem.

As partes empreenderão esforços nacionais, bilaterais ou multilaterais, para eliminar obstáculos, inclusive físicos, que impeçam ou afetem a livre navegação dos rios amazônicos até o oceano Atlântico. E procurarão igualmente, e de forma racional, utilizar os recursos hídricos da região.

Nos termos do tratado, tendo em vista o aproveitamento da flora e da fauna e para manter o equilíbrio ecológico da região, os países decidem promover a pesquisa científica e o intercâmbio de informações e de pessoal técnico, bem como estabelecer um sistema regular de informações sobre medidas conservacionistas que adotem. E para melhorar as condições sanitárias da região e a prevenção e combate das endemias, concordam em coordenar seus atuais serviços de saúde.

Concordam também em colaborar estreitamente nos campos da pesquisa científica e tecnológica, com o objetivo de criar condições que acelerem o desenvolvimento econômico e social da região. Essa cooperação técnica e científica será feita

através da realização conjunta ou coordenada de programas de pesquisa e desenvolvimento; da criação e operação de instituições de pesquisa ou de centros de aperfeiçoamento e produção experimental e intercâmbios de informações e documentação. Os países poderão, para alcançar tais objetivos, solicitar a participação de organismos internacionais.

INTEGRAÇÃO FÍSICA

Os signatários convieram em criar uma infra-estrutura física adequada entre os respectivos países, especialmente nos aspectos de transporte, e comunicações. Em razão do que, estudarão formas de estabelecer e aperfeiçoar interconexões rodoviárias, de transportes fluviais, aéreas e de telecomunicações, levando-se em conta os planos e programas nacionais.

Reconhecem a utilidade de desenvolver, em condições de mútuo proveito, o comércio varejista de produtos de consumo local entre as populações limítrofes e a incrementar as correntes turísticas, nacionais e estrangeiras. E cooperarão em medidas de proteção das culturas indígenas e dos recursos naturais, bem como na conservação das riquezas etnológicas e arqueológicas da área.

CONSULTAS

Para fixar diretrizes básicas da política comum, apreciar e avaliar o andamento do processo de cooperação amazônica e tomar decisões com esse fim, os chanceleres se reunirão sempre que oportuno ou conveniente. Qualquer país-membro do pacto poderá pedir essa reunião, desde que tenha o apoio de quatro outros países. De qualquer forma, dois anos depois da entrada em vigor do tratado, os chanceleres realizarão a primeira reunião com aquele fim. A data e local serão marcados posteriormente.

"Sem confrontos por hegemonias"

O Pacto Amazônico "funcionará na base da unânime decisão dos membros, eliminando-se assim, a priori, qualquer possibilidade de hegemonias ou de confrontos entre maiorias e minorias". Essa garantia foi dada ontem pelo chanceler Azeredo da Silveira, durante o banquete que ofereceu no Palácio do Itamarati aos outros sete ministros que assinaram ontem o acordo.

Para o representante brasileiro, o Pacto Amazônico "consagra em definitivo a exclusiva responsabilidade das nações da área em matéria de desenvolvimento e preservação da Amazônia, interditando, pela via da colaboração regional, as falhas e lacunas que, até há pouco, possibilitaram tentativas esporádicas de internacionalização e interferência. A mesma ênfase na soberania virá contribuir para reforçar, sem ingerências nem limitações, a competência integral de cada país na definição e aplicação da política que lhe parecer mais adequada, dentro da parcela amazônica que corresponder ao seu território".

Silveira esclareceu que o tratado não visa substituir os esforços nacionais. "Os problemas internos, de ocupação e desenvolvimento de recursos naturais, continuarão a ser exclusivamente decididos na esfera nacional, sem que nenhum dos membros tenha de ceder qualquer parcela do comando soberano sobre o processo de desenvolvimento do seu território".

O tratado cria o Conselho de Cooperação Amazônica, a ser integrado por representantes diplomáticos de alto nível. Esse conselho se reunirá anualmente, com o objetivo de velar pelo cumprimento das finalidades do tratado e das decisões tomadas pelos chanceleres. Cabe-lhe, igualmente, recomendar a reunião dos chanceleres, avaliar o cumprimento dos projetos de interesse bilateral e multilateral e considerar as iniciativas e projetos apresentados pelas partes. Em cada país funcionará uma comissão nacional permanente que se encarregará de aplicar, nos territórios dos países, as disposições do documento multilateral.

As decisões, tanto nas reuniões dos chanceleres quanto do Conselho serão tomadas por unanimidade. O tratado não é suscetível de reservas ou declarações interpretativas, nem estará aberto à adesão de outras nações. Sua duração é ilimitada e entrará em vigor um mês depois que o último instrumento de ratificação for depositado junto ao governo brasileiro. Qualquer país-membro poderá afastar-se do pacto desde que dê aviso prévio de três meses. Mas os efeitos do mesmo vigorarão mais um ano depois disso.

Finalmente, o tratado contém um artigo que resguarda o Brasil de quaisquer reivindicações limítrofes futuras. Diz o artigo 19 "que o pacto não terá efeito algum sobre quaisquer outros tratados ou atos internacionais, nem sobre quaisquer divergências sobre limites ou direitos territoriais existentes entre as partes, nem poderá ser interpretado ou ser invocada a assinatura do mesmo, ou sua execução, para alegar aceitação ou renúncia, afirmação ou modificação, direta ou indireta, expressa ou tácita, das posições e interpretações que sobre estes assuntos sustente cada parte".

"Idéia atraiu URSS e Igreja"

O governo da União Soviética e o Papa Paulo VI mostraram-se interessados nos mecanismos de funcionamento do Pacto Amazônico, segundo revelou ontem, nesta capital, o chanceler peruano José De La Puente, que veio para a assinatura do Acordo de Cooperação da Bacia Amazônica.

De La Puente acaba de retornar de uma viagem que incluiu visitas a Moscou e Roma e afirmou a jornalistas após seu desembarque no aeroporto de Brasília, que o Papa Paulo VI mostrou-se "entusiasmado" e enormemente interessado pela proposta brasileira de criação de um pacto amazônico. De acordo com o chanceler peruano, o Sumo Pontífice chegou a oferecer a plena colaboração da Igreja para a consecução do tratado através dos missionários católicos que atuam na região amazônica.

Também em Moscou autoridades governamentais mostraram-se interessadas, solicitando informações ao ministro das Relações Exteriores do Peru, Segundo De La Puente, o tema foi, no entanto, tratado apenas "langencialmente" na capital soviética.

José De La Puente negou, por outro lado, que o Pacto da Bacia Amazônica possa vir a chocar-se com o Pacto Andino, ou mesmo sobrepor-se a ele, lembrando que o primeiro atém-se a um sistema ecológico e ao aproveitamento integrado dos recursos naturais da região, enquanto que o segundo propõe-se mais a cooperação em bases industriais.

Derrotada tese brasileira sobre recursos fluviais

O Brasil não conseguiu aprovar, no âmbito do Pacto Amazônico, a sua tese de que nos rios internacionais de curso sucessivo, não sendo compartilhada a soberania, cada Estado pode aproveitar as águas como bem quiser, desde que não cause prejuízo sensível ao outro Estado.

Essa era a parte mais importante do anteprojeto brasileiro que serviu de base para as negociações e que foi substancialmente modificado. O primeiro artigo substancial do documento básico referia-se à utilização nacional dos recursos hídricos e traduzia a preocupação brasileira com essa questão. Ao norte, o Brasil ocupa a posição de país à jusante, a mesma condição da Argentina, no Rio Paraná, ao Sul. Assim, tentou, no Pacto Amazônico, evitar para si os problemas que a Argentina enfrenta hoje com a construção da hidrelétrica de Corpus.

O Tratado de Cooperação Amazônica assinado ontem reduziu para quatro linhas o extenso artigo do anteprojeto brasileiro que estabelecia as seguintes regras: "(a) — nos rios internacionais contíguos, sendo a soberania compartilhada, qualquer aproveitamento agrícola ou industrial de suas águas deverá ser precedido de um acordo bilateral entre os países ribeirinhos; b) — nos rios internacionais de curso sucessivo, não sendo compartilhada a soberania, cada Estado pode aproveitar as águas de acordo com suas necessidades, sempre que não cause prejuízo sensível ao outro Estado".

O documento assinado ontem limita-se a dizer: "Tendo em vista a importância e multiplicidade de funções que os rios amazônicos desempenham no processo de desenvolvimento econômico e social da região, as partes contratantes procurarão envidar esforços com vistas à utilização racional dos recursos hídricos". Esse artigo, bem mais genérico do que o proposto pelo Brasil, poderá ser fonte futura de problemas, quando frutificarem os projetos de aproveitamentos dos rios amazônicos.

ESVAZIAMENTO

Outra mudança notória no tratado amazônico foi a eliminação dos objetivos integracionistas. Atualmente, o Brasil apregoa que o Pacto jamais pretendeu ter uma conotação integracionista, quando isso não é verdade. O termo integração está presente inúmeras vezes no anteprojeto brasileiro e só foi excluído por que sua inclusão poderia suscitar desconfianças entre países como a Venezuela, que relutariam em assinar o documento final.

Por exemplo: o artigo VIII do anteprojeto enunciava que "as partes contratantes reconhecerem que a integração física da região amazônica, mediante o estabelecimento de uma infra-estrutura adequada de transportes e comunicações, constitui pressuposto indispensável para o processo de desenvolvimento regional". A importância da integração física foi substituída no tratado final pela necessidade de criação de "uma infra-estrutura adequada entre seus respectivos países, especialmente nos aspectos de transportes e comunicações".

Também no artigo IX, o anteprojeto brasileiro, analisando desde novembro do ano passado, referia-se à necessidade de adotar medidas que propiciassem "o desenvolvimento de um processo integrado de complementação econômica regional". O tratado firmado preferiu referir-se unicamente à promoção do desenvolvimento econômico e social dos territórios amazônicos.

Do texto inicial brasileiro, pouca coisa restou. Não houve qualquer modificação apenas nos pontos onde o elemento político não se fazia tão presente. O Brasil não conseguiu também que os países signatários se comprometessem a livrar "de direitos, impostos aduaneiros, disposições cambiais e consulares, e de todo gravame fiscal, existentes ou por serem criados no futuro, o tráfego fronteiriço que se realiza entre as populações fronteiriças de seus respectivos territórios amazônicos e a reduzir ao mínimo os trâmites administrativos imprescindíveis".

O documento assinado ontem, apesar de conter mais nove artigos do que o anteprojeto elaborado pelo Brasil, é mais genérico na medida em que não fixa posições em relação a temas essenciais, como o aproveitamento dos recursos hídricos compartilhados. E um enunciado de boa-vontade e de disposição política de levar adiante projetos e confia na capacidade dos países contratantes de superarem suas divergências. Na Bacia do Prata, os cinco países membros se debatem, mesmo contando com um arcabouço jurídico mais concreto, entre divergências dessa ordem. No Pacto Amazônico, oito países (Brasil, Peru, Colômbia, Venezuela, Equador, Guiana, Suriname e Bolívia) deverão conciliar seus interesses e assinar um documento baseado na fé cega de que a solução das controvérsias seguirá o caminho mais fácil.

Para "Clarín" foi um "milagre de Silveira"

Das Agências

BUENOS AIRES — O Pacto Amazônico provocará "mais debates entre os militares brasileiros do que entre as nações signatárias deste acordo. A opinião é do jornal "Clarín", em artigo sob o título "Outro milagre de Azeredo", afirmando que "o Pacto se impôs avassaladoramente" e que Silveira "pode assinalar com orgulho o escasso tempo que necessitou empregar para acabar com as resistências que a idéia despertava em quase todo seu contorno".

Resaltando que o Pacto pretende combater projetos de internacionalização da Amazônia, "Clarín" comentou que a tendência do "milagre econômico" brasileiro é a regionalização. "A marcha dos novos 'bandeirantes' da geladeira e do automóvel para a Amazônia, procurando caminhos para trocar seus produtos pelo gás, carvão, petróleo e outras matérias-primas da América do Sul, não terá o mesmo sentido primitivo dos dominadores de terras bravias, nem tampouco a força da tendência empresarial nacional que se irradiava tradicionalmente de São Paulo, antes que seus líderes ficassem marginalizados do aparato de poder" conclui o jornal.

Em Caracas, a assinatura do Pacto Amazônico suscitou comentários de que "o Brasil parece ter tirado de si o qualificativo de nação imperialista", segundo observadores. Estes viram o acordo de exploração conjunta da Amazônia como "uma vitória da humanidade".

Consalvi critica ação dos EUA

O chanceler da Venezuela, Simon Alberto Consalvi, assegurou ontem que o seu país não pretende transformar-se em porta-voz dos Estados Unidos na América Latina e criticou também a política norte-americana que tem produzido mais belas frases do que fatos reais para a solução dos problemas que afligem o Terceiro Mundo.

Consalvi deu a entender que as coincidências entre a política do presidente Perez e a de Jimmy Carter não foram suficientes para perpetuar o alinhamento que se verificou, no início do ano passado, entre a Venezuela e os Estados Unidos: "Se é certo que na política do presidente Perez e do presidente Carter houve algumas coincidências do tipo ideológico, há que se estabelecer diferenças muito sérias e profundas entre o que é a política dos EUA e o que é a política internacional da Venezuela e da América Latina. Não houve até agora entendimentos entre Caracas e Washington em questões fundamentais. Continuam nos dividindo os preços do petróleo, as desigualdades que existem no comércio internacional, as tendências protecionistas que os EUA estão incrementando nas suas relações com o Terceiro Mundo. Nós acreditamos na boa vontade do presidente Carter, mas achamos que existem mais belas palavras e promessas do que fatos reais".

Consalvi garantiu também que os pronunciamentos favoráveis do presidente norte-americano não serão suficientes para acalmar a América Latina. "Os nossos problemas são tão graves que não se acalmam com palavras". Para o chanceler, é necessário que os países latino-americanos compreendam a importância da integração porque apenas através de uma política de maior cooperação econômica, "poderemos esquecer consideravelmente os países desenvolvidos".

INTEGRAÇÃO FRACA

O chanceler da Venezuela reconhece que falta na América Latina um mecanismo que propicie a integração. Tanto o Sela — Sistema Econômico Latino-Americano — como a Alalc (Associação Latino-Americana do Livre Comércio) não são suficientes para concretizar esse objetivo. "O Sela é um mecanismo que abre possibilidades para uma grande colaboração. O Brasil, creio eu, está disposto a participar de alguns comitês de ação desse organismo. Já a Alalc, por razões diversas, desgraciadamente não tem conseguido êxito. Nós continuamos a ter esperanças nesse organismo mas somos favoráveis em primeiro lugar a ensaios de integração subregional, como o Pacto Andino".

O sr. não acha que o insucesso da Alalc pode ser atribuído à falta de maturidade política dos

países da América Latina e a sua incapacidade de se unirem e se congregarem?

"Creio que se pode atribuir por um lado à falta de decisão política dos governos e por outro a problemas que são fáceis de resolver em matéria econômica. Para alcançarmos a integração, é preciso fazer algum sacrifício. O que pode favorecer a um país pode não interessar a outro".

— Ao dizer que a América Latina deve atuar unida, o sr. estará propondo a formação de alguma frente ampla?

"Não acredito nisso. Creio que devemos, em primeiro lugar, definir nossas metas na política mundial, coordenar as nossas posições mas sem levar a cabo uma política separada das outras áreas do globo, que não interessam fundamentalmente e que são importantes para nós fortalecer. Acreditamos na solidariedade da América Latina, da África, dos povos asiáticos, dos povos do Terceiro Mundo".

DIREITOS HUMANOS

Consalvi rejeitou a tese de que as mudanças políticas ocorridas na América Latina são decorrentes da política dos direitos humanos exercida pelos Estados Unidos. "Não acredito que as modificações políticas dos países da América Latina sejam produtos de fatores externos. O que está ocorrendo é produto da própria evolução desses países. Pode ter havido uma coincidência, mas é preciso lembrar que em alguns países o processo de liberalização começou antes da chegada do presidente Carter à Casa Branca".

— O sr. incluiria o Brasil entre esses países?

"Eu não incluo país nenhum. O Brasil decide por si mesmo a sua política. E um país de suma importância. Não acredito que se mova ligado a nenhum outro, apesar de existirem países que se influenciam muito por fatores externos".

O representante venezuelano assegurou ainda que em nenhum momento seu país tentou ditar regras para o tratamento do capital estrangeiro dentro do Pacto. Como se sabe, a Venezuela defende um tratamento comum para o capital estrangeiro em todos os países em desenvolvimento. "Se isso for alcançado, teremos uma das maiores revoluções da economia mundial. Mas nunca falamos sobre isso no Tratado Amazônico porque ele não prevê, até esse momento, problemas concretos de desenvolvimento bilateral ou multilateral. O Tratado Amazônico deixa em aberto a possibilidade para as negociações sobre todas as questões".

Finalmente, Consalvi reclinou a presença de forças e interesses estrangeiros na África que poderão levar a um novo conflito mundial.